

**APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ DE SOCIOLOGIA ECONÔMICA:  
pluralismo de enfoques e inovação metodológica**

**FOREWORD TO DOSSIER ON ECONOMIC SOCIOLOGY:  
plural perspectives and methodological innovation**

---

Raphael Jonathas da Costa Lima (UFF)\*

Silvio Salej Higgins (UFMG)\*\*

**Introdução**

O presente dossiê reúne artigos apresentados no Grupo de Trabalho (GT) de Sociologia Econômica do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Brasília (DF), em julho de 2017. Os artigos aqui selecionados versam sobre variadas dimensões da pesquisa em sociologia econômica no Brasil, assinalando questões referentes à esfera da gestão dos negócios e à sustentabilidade empresarial; ao empreendedorismo e à construção de mercados; à dimensão da relação entre indústria automobilística e desenvolvimento regional; ao papel do Estado nos programas de desenvolvimento; ao avanço da financeirização entre as classes mais populares; e à relação entre redes globais de produção e territórios via exercício pleno do poder.

Na história dos saberes disciplinares, a ciência econômica é um campo especializado que conquistou a sua independência perante a metafísica filosófica com maior antecedência que a sociologia. Os economistas forjaram a sua ruptura ou revolução científica pelo menos com três décadas de antecedência com relação aos seus pares sociólogos. É possível afirmar, parafraseando o filósofo Immanuel Kant, que a economia tomou a senda segura da ciência empírico-analítica a partir de uma revolução epistêmica datada de 1879, ano no qual os historiadores do pensamento econômico situam o nascimento daquilo que denominam como a revolução marginalista na forma de fazer ciência acerca dos comportamentos econômicos.

---

\* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Professor Adjunto IV da Universidade Federal Fluminense (UFF), vinculado ao Departamento Multidisciplinar de Volta Redonda e credenciado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (campus Niterói) e ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (campus Volta Redonda). E-mail: raphaeljonathas@gmail.com.

\*\* Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris Dauphine (França) e em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil). Lidera o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Análise de Redes Sociais (GIARS). Professor Associado do Departamento de Sociologia – UFMG. E-mail: sisahi@yahoo.com.

De forma quase simultânea e sem influências mútuas aparentes, Stanley Jevons, Carl Menger, Wilfredo Pareto e Leon Walras publicaram obras seminais que constituíram um estilo de pensamento que se cristalizou num modelo de agente racional e em métodos matemático-formais para análise do mesmo. Nascia desta forma o *homo economicus* como paradigma para o entendimento dos comportamentos no mundo mercantil. Segundo essa concepção, agentes econômicos típicos decidem racionalmente a partir de uma ordem de preferências dadas e em condições de escassez relativa. Nesse sentido, economizar consiste em alocar recursos escassos em cursos de ação alternativos. Ao incorporar o cálculo infinitesimal, os marginalistas estavam em condições de focar na margem, herança do David Ricardo, para estimarem os retornos de unidades adicionais, seja na esfera do consumo, seja na produção.

Essa ruptura tornou a ciência econômica um saber especializado que pouco tinha a dizer para o restante das ciências sociais. Cumpria-se o diagnóstico feito alguns anos depois por Max Weber, no sentido de que a modernização é o processo de crescente autonomização das esferas da vida social que estavam integradas em sociedades tradicionais. A política, a economia, a moral e a arte seguem cursos de ação paralelos sem que nenhuma cosmovisão consiga integrá-las num único sistema de vida social. Obviamente que a esfera econômica foi assunto central nas preocupações de Karl Marx (2008), Émile Durkheim (1999) e Max Weber (2004). Cada um, dentro de sua perspectiva teórica e de seu método de análise, colocou no centro do debate as mudanças do mundo econômico que despontavam nas sociedades hegemônicas da Europa. Contradições entre classes sociais, perda de integração social e crescente niilismo racional das formas de vida constituíram diagnósticos complementares sobre os efeitos da industrialização nas formas de vida coletiva. *Das Kapital*, *de la Division du Travail Sociale* e *Die Protestantische Ethik und Der Geist des Kapitalismus* constituíram-se em obras seminais sobre a forma como a ciência sociológica haveria de abordar teórica e metodologicamente os comportamentos econômicos. Porém, as hipóteses fundantes da sociologia tiveram baixo impacto na forma como a economia marginalista, mais conhecida como neoclássica, tratava os problemas da subsistência humana.

Na divisão dos trabalhos científicos, sociólogos e economistas trilharam seus caminhos com grande independência quanto a problemas e métodos de trabalho. Os economistas se ocupavam de mercados formadores de preços e os sociólogos do restante das instituições do mundo social: a família, a disputa política, os grupos profissionais, entre outros. Com o advento do estrutural-funcionalismo norte-americano, houve entre os sociólogos quem teve a ousadia de querer integrar o corpo de estudos econômicos num sistema de conhecimento sociológico. Talcott Parsons abrigou a esperança de construir um saber sistêmico sobre o mundo social onde a econômica fosse uma parcela funcionalmente integrada. Foi assim que, em 1956, publicou, em associação com Neil J. Smelser, uma coletânea de palestras que denominou *Economy and Society: a study in the integration of economic and social theory* (1956). O título ecoa como homenagem a Max Weber, porém a proposta de transformar a ciência econômica numa parcela da teoria dos sistemas sociais foi fadada ao fracasso. Depois de Parsons, ninguém tentou fechar a quadratura

do círculo científico entre sociólogos e economistas. Cada domínio disciplinar tinha cristalizado seus problemas e métodos de tal forma que não havia quase interesse nenhum em saber o que o “vizinho” estava fazendo.

A comunidade acadêmica precisou esperar três décadas para testemunhar algum interesse mútuo nas pesquisas de sociólogos e economistas. Mas antes não podemos esquecer dois movimentos epistêmicos importantes. De um lado, o avanço do imperialismo microeconômico através das pesquisas do economista Gary Becker (1973, 1981), que pretendeu explicar o comportamento social mediado por instituições como o casamento e a escola em termos de escolhas racionais de mercado. De outro, o influxo da teoria dos jogos na ciência política e na sociologia do poder, permitindo a construção de modelos formais de ação estratégica. Mas a história das crises cíclicas das economias de mercado aos poucos terminou minando o consenso herdado dos economistas neoclássicos: os mercados são muito mais que o encontro abstrato das curvas de oferta e procura. Os mercados não acontecem no vácuo institucional, precisam de normas e sanções que no mínimo controlem o oportunismo dos agentes racionais. As teorias da firma e dos contratos dos chamados neoinstitucionalistas (North, 2005; Coase, 1960; Williamson, 1981; entre outros) apontavam o caminho de retorno às instituições sociais de onde os mercados formadores de preços na verdade nunca saíram. Dessa forma, a história da ciência econômica reabilitava o programa de pesquisa historiográfica e antropológica do economista húngaro Karl Polanyi com sua ênfase no caráter instituído dos processos econômicos. Falar em instituições é reconhecer que a economia como atividade humana não é só a arte de fazer dinheiro (*crematística*), como sabia desde a antiguidade o filósofo Aristóteles, mas primordialmente *oikonomia*, ou arte de cuidar do lar e das necessidades da casa.

No que diz respeito ao caso brasileiro, é possível afirmar que um marco de renovação das pesquisas em sociologia econômica corresponde à publicação e posterior tradução do texto seminal de Mark Granovetter (2007) intitulado *Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão*. A repercussão deste artigo, no início dos anos 2000, inaugurou uma importante agenda de pesquisas entre sociólogos brasileiros interessados em fazer um contraponto ao *mainstream* econômico, no que condiz ao mercado enquanto esfera autônoma em relação à estrutura e às relações sociais, ou no que respeita a fazer avançar as reflexões acerca da relação entre Estado, mercado e sociedade, no que se convencionou chamar de Economia Política.

Além do trabalho seminal de Granovetter, outros artigos traduzidos ou escritos em português ajudaram a fomentar essa área de investigação no país, sendo possível destacar o texto *Sociologia Econômica: hoje e amanhã*, de Richard Swedberg (2004), publicado pela revista *Tempo Social* (USP), em 2004, no qual o autor se encarrega de propor um estado da arte da disciplina, remontando às obras de importantes pilares do assunto, quais sejam Karl Marx, Max Weber, Joseph Shumpeter e Karl Polanyi. Além deste, outros autores contribuíram decisivamente para aglutinar discussões em torno da construção social do mercado, cabendo aqui destacar Pierre Bourdieu (2006), Viviana Zelizer (1979), Neil Fligstein (2001) e Philippe Steiner (2006). Esse conjunto de

abordagens se propõe a indicar uma trilha de investigação sociológica da vida econômica, cujo o foco de análise se desloca da ação individual para as estruturas sociais, entendendo estas como um resultado contingente das interações entre indivíduos e organizações portadoras de posições e lugares de poder distintos. Tais estudos abriram a possibilidade de um diálogo crítico com economistas interessados na abordagem do papel das instituições na vida econômica e se articularam com uma série de perspectivas (análise de redes, estudos culturais, neo-institucionalismo e, mais recentemente, performatividade), no sentido de conferir maior sofisticação à análise sociológica da vida econômica e incorporar os clássicos ao dia a dia da disciplina.

Cabe ressaltar que a sociologia econômica é, essencialmente, interdisciplinar, uma vez que recorre aos clássicos do pensamento social a fim de realçar a natureza social dos fenômenos econômicos e se distanciar, em algum grau, das interpretações que reduzem o sentido das motivações econômicas exclusivamente à racionalidade da ação individual maximizadora. Ademais, o desenvolvimento do campo da sociologia econômica ampliou o leque de temas de pesquisa, passando a incluir possibilidades investigativas variadas sobre os mercados e suas instituições (financeiros, agroalimentares, de bens culturais, de trabalho, dentre outros), o Estado, as finanças, as agências reguladoras, os agentes sociopolíticos e empresariais; a relação entre cadeias globais e territórios/nações (mecanismos de governança, atração de investimentos, relações interfirmas e práticas de contestação) e os processos de inovação econômica (redes de geração, mecanismos de difusão e práticas de uso de bens e serviços).

Com a consolidação desse *background* teórico, a sociologia econômica no Brasil, então, se difunde entre alguns centros de pesquisa localizados em São Paulo (caso da UFSCAR e da USP), Rio de Janeiro (UFRJ, UFF e UFRRJ), Maranhão (UFMA), Rio Grande do Sul (PUC-RS, UFRGS e UFSM), Santa Catarina (UFSC) e Minas Gerais (UFMG). São basicamente os pesquisadores lotados em institutos e programas de pós-graduação em sociologia nessas instituições que vêm orientando a produção acadêmica na área no Brasil. Como reflexo dessa tendência, constituiu-se, em 2009, o Grupo de Trabalho de Sociologia Econômica, o qual vem regularmente conduzindo discussões no âmbito do Congresso Brasileiro de Sociologia. O GT tem assumido a responsabilidade de divulgar os principais debates em curso na sociologia econômica brasileira, a exemplo daqueles já mencionados. A fim de dar repercussão aos debates realizados nos encontros da rede de pesquisadores nacionais constituída nos últimos anos, o presente dossiê reúne alguns dos trabalhos na última SBS sob a expectativa de ajudar a compreender o tipo de sociologia econômica que vem sendo colocada em prática no Brasil.

Discorrendo sobre o mercado de cervejas, Andrey Sgorla descreve os percursos de empresarialização de cervejeiros artesanais. Em seu trabalho, ele apresenta o avanço da produção de cervejas artesanais que se converteu de hobby em atividade empresarial. Dialogando com Sennett (2012), o autor mostra que cabe aos cervejeiros artesanais lidar com certos desafios contemporâneos do mercado de trabalho e da empresarialização de si para produzir algo autêntico a ponto de se destacar em um mercado em crescente expansão. Com relação ao

mercado de cervejas artesanais no Brasil, Sgorla recorre a uma estratégia metodológica inspirada no trabalho de Bernard Lahire (1997), isto é, com ênfase no uso de entrevistas em profundidade com o intuito de reconstruir as trajetórias de vida e assinalar equidades e diferenças entre simultâneos processos de construção do mercado de cervejas artesanais. Simultâneos porque, conforme salienta o autor, trata-se de uma tendência global que naturalmente assume contornos locais. Resumidamente, o artigo de Andrey Sgorla é bastante original no que concerne ao objeto tratado e oferece uma boa dimensão da capacidade da sociologia em explicar a formação de mercados e os desdobramentos da atividade econômica.

A partir dos aportes da praxeologia bourdieusiana e do institucionalismo sociológico, Bruno Costa Barreiros apresenta uma interessante investigação acerca da formação de adeptos do modelo de gestão sustentável proposta pela FGV-EAESP. A análise se concentra na principal disciplina sobre o modelo sustentável voltada a alunos dos cursos de graduação: a Formação Integrada para a Sustentabilidade (FIS). Mais especificamente, Barreiros se propõe a analisar o processo de institucionalização da Sustentabilidade Empresarial (SE) através da conformação e posterior transmissão de determinados códigos culturais (esquemas cognitivos e linguísticos). O autor aponta como coube à FGV difundir o “receituário” da SE bem como formar um novo *management* adepto da “gestão sustentável”.

Com a proposta de documentar e cartografar os sentidos de classe *in-the-making*, Moisés Kopper empreende uma etnografia das realidades de famílias beneficiadas pelo Programa Minha Casa Melhor, o qual ofereceu uma linha de crédito de R\$ 5 mil para beneficiados do Programa Minha Casa Minha Vida comprarem móveis e eletrodomésticos. Em sua etnografia, Kopper recorre a casos de famílias de Porto Alegre (RS) para argumentar que as transformações socioeconômicas dos últimos quinze anos produziram uma população de beneficiários-consumidores no Brasil. Salientando não se tratar essa investigação de um ingrediente a mais na extensa problematização entre marxistas e weberianos acerca dos debates sobre classe e estratificação social, o autor recorre aos efeitos de uma política habitacional para reconstruir percursos e trajetórias de pessoas concretas que simbólica e materialmente refizeram suas vidas e assim apreender o sentido real daquilo que sociólogos e antropólogos vêm chamando de “financeirização” dos pobres.

Disposto a enveredar pelo fundamental e extenso debate sobre desenvolvimento no âmbito da sociologia, João Assis Dulci apresenta em seu artigo alguns efeitos concretos de grandes programas de investimentos implantados em regiões brasileiras, algumas delas sem expressiva tradição industrial. Recorrendo aos casos das plantas automotivas da Ford em Camaçari (BA) e das montadoras (sobretudo, Volkswagen e PSA Peugeot-Citroën) instaladas no Sul Fluminense, Dulci lança mãos de um sólido material estatístico referente à geração de empregos, aos rendimentos e aos investimentos nessas regiões para pensar a importância da indústria automobilística nas economias regionais nas quais está inserida. Dialogando com o núcleo da Teoria da Regulação Francesa, pensa a centralidade desse setor à luz de um cenário de transformação do regime de acumulação e das próprias transformações na configuração espacial e produtiva dessa indústria.

Rodrigo Santos e Bruno Milanez exploram a dinâmica do poder corporativo na produção de minério de ferro no Brasil, mais especificamente nas cidades mineiras de Itabira, Congonhas e Conceição de Mato Dentro. Os casos descritos pelos autores servem ao mesmo tempo para reforçar a validade teórica do modelo das Redes Globais de Produção (RGP), ao qual procuram se filiar, e para destacar as limitações dessa forma de abordagem, cabendo destacar o tratamento conferido à sociologicamente importante dimensão do poder. Inspirados na argumentação de Lukes (2005), Santos e Milanez sugerem a incorporação de uma perspectiva tridimensional a fim de captar as múltiplas variáveis que interferem no exercício do poder corporativo e articulam isso com o entendimento de que ele (o poder) precisa ser percebido como uma combinação entre domínios estático (recursos) e dinâmico (exercício). Por se tratar de um artigo resultante de um investimento empírico, os autores procuram observar o exercício desse poder corporativo em três contextos envolvendo três companhias diferentes: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Congonhas; a Anglo American em Conceição do Mato Dentro; e a Vale em Itabira. Ao enfatizar as características desses municípios e dessas corporações, eles procuram relacionar os agentes políticos e sociais em escala local aos recursos e formas de exercício do poder corporativo.

A sociologia econômica, embora um campo ainda embrionário, tem inúmeras possibilidades de expansão, sobretudo no Brasil, onde a disciplina ainda é vista como um esforço dos sociólogos em reforçar os pressupostos relativos à Economia. Em síntese, a proposta da disciplina é incorporar o (campo) econômico como uma esfera de análise dos cientistas sociais, salientando a sua construção social. Assim, essa apresentação procurou, acima de tudo, assinalar que a Sociologia Econômica é uma área “guarda-chuva” com profícuo debate e interação com subáreas diversas, a exemplo das Sociologias do Trabalho, do Desenvolvimento, Política e da Cultura (NAHOUM, 2017).

Os trabalhos aqui reunidos têm como denominador comum a investigação sociológica sobre a vida econômica, cada um recorrendo a uma determinada estratégia metodológica, a arcabouços teóricos próprios e a objetos variados. Contudo, indiscutivelmente todos convergem ao salientar a capacidade de a Sociologia Econômica, pela sua enorme capacidade de mobilizar os clássicos do pensamento social (Marx, Weber, Durkheim, Simmel, Polanyi, etc.), em realçar a natureza social dos fenômenos econômicos e distanciar-se, em algum grau, das interpretações que reduzem o sentido das motivações econômicas exclusivamente à racionalidade da ação individual. E o presente dossiê foi organizado com o intuito de contribuir em alguma medida com o avanço desse campo no Brasil.

Para além do dossiê aqui apresentado, este número da *Revista Política & Trabalho* inclui um artigo do sociólogo francês Emmanuel Lazega, que leva por título *Redes e Regulação: em busca de um institucionalismo neo-estrutural*. Nele, o leitor poderá constatar a fecundidade de uma abordagem complementar entre as teorias da regulação e a sociologia neoestrutural, mais conhecida como análise de redes sociais. O autor procura explicar o surgimento de um novo regime de propriedade intelectual na Europa, isto é, de um novo sistema de regulação dessa

matéria, levando em conta o círculo social daqueles que serão os intérpretes autorizados do código legal: os juizes especializados neste tipo de contencioso. A questão chave consiste em entender a condição multinível do processo regulatório, qual seja o nível macro do sistema legal e o nível micro de como serão ocupadas as cadeiras de um tribunal responsável por deliberar sobre as disputas acerca da propriedade intelectual. Esse segundo nível demanda uma compreensão refinada de como opera um sistema de status no qual a autoridade dos juristas está baseada em competências técnicas e no controle das mais variadas formas de capital social-relacional.

Antes de encerrar esta apresentação, faz-se necessário apontar alguns desafios para as novas gerações de sócio-economistas ou sociólogos do campo econômico. Ecoando o trabalho seminal de Granovetter (2007), é possível afirmar que não há teoria neutra do ponto de vista metodológico. A construção dos problemas de pesquisa no campo das dinâmicas econômicas requer a indicação do tipo de técnica de coleta de dados a ser utilizado e a definição da forma de análise dos resultados. Neste sentido, é pertinente saber o porquê de ser recorrente o apelo ao *case study* nos trabalhos da sociologia econômica brasileira. Como é delimitado e tratado o caso abordado? Não é errado replicar a estratégia do *case study* vinda das ciências médicas e clínicas nas ciências humanas e, de fato, a crítica metodológica em ciências sociais reconhece o seu potencial como um precursor de estudos em maior escala, dele resultando fecundos *insights* teóricos e novas hipóteses de trabalho. Porém, o que preocupa é a redução da escala e da unidade de análise que limita o poder inferencial da pesquisa.

Por exemplo, se o objetivo for estudar os determinantes da reconversão produtiva num setor agroindustrial no qual aparecem novas forma de contrato – *outsourcing*, cooperativas de trabalho, agricultura de aluguel – entre grandes investidores, pequenos agricultores e trabalhadores, o *case study* é uma boa entrada para a compreensão das novas relações de produção. É possível selecionar um núcleo produtivo relativamente pequeno, num município especialmente problemático, e partir para um trabalho exaustivo de observação participante e descrição etnográfica do que acontece em algumas unidades produtivas. Porém, embora necessário, esse esforço não é suficiente para compreender a dinâmica do setor como um todo. O sociólogo deverá encarar os dados que lhe permitam entender a estrutura produtiva ou o modo de produção numa escala maior de observação. Terá que levantar dados estatísticos secundários ou construir os próprios, a fim de captar o novo regime de acumulação em termos de salários, lucros do capital e taxa de investimentos. Caso contrário, o campo seguirá servindo apenas para análise econômica *standard*. Indo mais longe, a pesquisa sociológica possui hoje ferramentas poderosas de análise para captar estruturas emergentes em sistemas de troca. Uma boa análise sociométrica, por exemplo, seria útil para captar os fluxos das diversas formas de capital no objeto de estudo.

Resumidamente, diversificar os métodos é uma necessidade premente da pesquisa sociológica. O sociólogo não pode se omitir ao desafio de se tornar competente em variadas técnicas de coleta de informação e ferramentas analíticas tanto de dados discursivos quanto de dados formatados matematicamente. Assim, as novas gerações de sociólogos precisam ser

formadas adquirindo competência na construção e análise de diversos tipos de dados sociais (discursivos, simbólicos, matemáticos, etc.) e essa deve ser a tarefa primordial dos programas de pós-graduação atuantes no Brasil, pois o espírito escolástico contribuirá pouco daqui para frente se a formação (metodológica) rigorosa dos novos sociólogos não for assumida como uma prioridade da comunidade acadêmica nacional.

## Referências

- BECKER, G. A theory of marriage: part I. **Journal of Political Economy**. Vol 81, 4. July/August, 1973.
- \_\_\_\_\_. **A Treatise on the Family**. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- BOURDIEU, P. **As Estruturas Sociais da Economia**. Porto: Campo das Letras, 2006.
- COASE, R. The problem of social costs. **Journal of Law and Economics**. 3:1-44. 1960.
- DURKHEIM, E. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FLIGSTEIN, N. **The architecture of markets: an economic sociology of twenty-first century capitalist societies**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- GEREFFI, G. The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S retailers shape overseas production networks. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ. **Commodity chains and global capitalism**. Westport, CT: Praeger, 1994, p.95-122.
- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE Eletrônica**, v. 6, n. 1, 2007.
- LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.
- LUKES, S. **Power: a radical view**. 2nd. Basingstoke, Inglaterra: Macmillan, 2005.
- NAHOUM, A. V. Sociologia Econômica do Brasil: Balanço de um campo jovem. In: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (Org.). **Sociologia brasileira hoje**. São Paulo: Ateliê, 2017, v. 1, p. 1-2.
- NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge, University Press, 2005.
- PARSONS, T. and SMELSER, N. **Economy and Society: a study in the Integration of Economic and Social Theory**. Glencoe: The Free Press, 1956.
- SENNETT, R. **O artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- STEINER, P. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas Nacional, 2006.
- SWEDBERG, R. Sociologia Econômica: hoje e amanhã. **Tempo social**, v. 6, n. 2, 2004, p. 7-34.
- ZELIZER, V. **Morals and Markets: the development of life insurance in the United States**. New York: Columbia University Press, 1979.
- WEBER, M. “O ‘espírito’ do capitalismo”, “Ascese e capitalismo”. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 41-69, 141-167.
- WILLIAMSON, O. The Economics of Organization: A Transaction Costs Approach. **American Journal of Sociology**, 87, 548-577.
- R CORE TEAM (2016). R: **A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. Disponível em <<https://www.R-project.org>>. Acesso em 16 dez 2016.

Recebido em:08/03/2018

Aceito em: 08/03/2018